

CT. GFC. 641 /2019  
10 de outubro de 2019

Sr.  
GERVAL TERTO DE SOUSA ✓  
Sócio Proprietário  
BULBLESS SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA ✓  
Rua Loanda, nº 574 – Bairro: Chácaras Reunidas ✓  
São José dos Campos/SP  
CEP 12238-330


Assunto: CONTRATO Nº 810918306100 – Designação de Gestor

Prezados Senhores,

Comunicamos a V.Sas. que o Sr. Josival Duarte de Souza, Gerente Administrativo - GFA, telefone (11) 3619-7678, será o responsável pela gestão do contrato em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sas. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,



SANDRA REGINA MATOS BORGES  
Gerente de Contratações e Compras

**CONTRATO Nº 810918306100**  
**PROCESSO Nº 8109183061**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, DESCONTAMINAÇÃO E DESTINO FINAL DE LÂMPADAS USADAS, TIPO FLUORESCENTES, LUZ MISTA, VAPOR DE MERCÚRIO E VAPOR DE SÓDIO, QUE ESTÃO ESTOCADAS NA LAPA - LINHA 07 DA CPTM, QUE ENTRE SI, FAZEM A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM E BULBLESS SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.**

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 71.832.679/0001-23, Inscrição Estadual nº 113.898.614-110, com sede em São Paulo/SP, na Rua Boa Vista, nº 185, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a **BULBLESS SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 13.844.834/0001-25, com sede à Rua Loanda, nº 574 – Bairro: Chácara Reunidas na cidade de São José dos Campos/SP, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – **CPTM**, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos artigos 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, das normas internas específicas da **CPTM** e do Código de Conduta e Integridade da **CPTM**, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

## **1. OBJETO**

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, DESCONTAMINAÇÃO E DESTINO FINAL DE LÂMPADAS USADAS, TIPO FLUORESCENTES, LUZ MISTA, VAPOR DE MERCÚRIO E VAPOR DE SÓDIO, QUE ESTÃO ESTOCADAS NA LAPA - LINHA 07 DA CPTM.**
- 1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à **CPTM**.

## **2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

- 2.1. Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital do Pregão Eletrônico nº 8109183061, bem como os seguintes:

- |           |  |
|-----------|--|
| Anexo I   | Termo de Referência;                                 |
| Anexo II  | Proposta da <b>CONTRATADA</b> ;                      |
| Anexo III | Planilha de Quantidades e Preços Propostos;          |
| Anexo IV  | Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade; e |
| Anexo V   | Termo de Ciência e de Notificação.                   |



2.2. No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.

2.3. Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

2.4. No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da **CONTRATADA** prevalecerão os documentos da **CPTM**.

### **3. REGIME DE EXECUÇÃO**

3.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de **empreitada por preço unitário**.

### **4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 Os serviços deverão ser executados estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente, definidas e especificadas neste contrato e no edital do Pregão Eletrônico nº 8109183061, integrante deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4.1.1 A execução dos serviços iniciar-se-á a partir da data de início estabelecida na Ordem de Serviço – OS.

4.1.2 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da **CPTM** e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da **CPTM**, sob pena de responder a **CONTRATADA** por perdas e danos.

### **5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E DE VIGÊNCIA**

5.1 O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

5.2 O prazo de execução do objeto contratual é de **12 (doze) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela **CPTM** em até 15 (quinze) dias da data da assinatura do contrato.

5.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela **CPTM**, quando fundamentada nos motivos de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro ou por motivos imputáveis à **CPTM**, os quais deverão ser comprovados sob pena de a **CONTRATADA** incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.

5.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceite, também por escrito, pela **CPTM**.

5.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

5.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na **CPTM**.



- 5.7 Na hipótese de a publicação do ato ocorrer em dia não útil, será considerado publicado o primeiro dia útil seguinte.

## **6. VALOR DO CONTRATO**

- 6.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de **R\$ 92.100,00 (Noventa e dois mil e cem reais)**, em **Maior/2019**.

6.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla toda mão-de-obra, materiais, equipamentos, instrumentos, transportes, acessórios, tributos, encargos, taxas, seguros cabíveis e todos os demais custos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

## **7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 7.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no **PTRES nº 379228, Natureza da Despesa nº 339039, Origem dos Recursos 004.004.004**.

## **8. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 8.1 Os serviços, objeto deste contrato, serão apontados por medições mensais e entrega dos correspondentes relatórios, após a realização dos mesmos, contemplando todos os eventos realizados no período e aprovados pela CPTM, de acordo com o Cronograma de Execução, constante do Anexo I - Termo de Referência, deste instrumento.
- 8.2 A medição será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados e o valor correspondente às atividades executadas no período abrangido pela mesma.
- 8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.
- 8.4 A medição deverá ser apresentada à **CPTM** até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.
- 8.5 A **CPTM** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.
- 8.6 A medição não aprovada pela **CPTM** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.
- 8.7 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta cláusula.
- 8.8 A devolução da medição não aprovada pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.





- 8.9 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a **CPTM** ressarcirá à **CONTRATADA** o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore” desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

## 9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 A **CPTM** procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.

- 9.1.1 Após a aprovação da medição, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal – DFSF da **CPTM**, sito na Rua Boa Vista, 170 – 3º andar – Bloco 5 – São Paulo/SP, o(s) documento(s) fiscal(is) pertinentes à operação, dos quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.
- 9.1.2 No(s) documento(s) fiscal(is) deverá(ão) ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço – O.S., o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a **CPTM** às disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.
- 9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.
- 9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 9.1.5 A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal no DFSF, desde que aprovados a medição e a nota fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.
- 9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste Contrato fica condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.
- 9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento será dilatado pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.
- 9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à **CPTM**, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore”, desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:



$$VJM = VA \times (1,06)^{n/365}, \text{ onde:}$$

VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios

VA = Valor em atraso

n = Número de dias em atraso

- 9.1.8 Excetuem-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.
- 9.1.9 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento fiscal e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos índices de preços que compõem a fórmula de reajuste.
- 9.1.10 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017, estando vedada a cobrança bancária.
- 9.1.11 A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao Departamento de Controle e Orçamento -DFFO da **CPTM**, na Rua Boa Vista, nº 175 – 2º andar – Bloco B – Centro – São Paulo/SP.
- 9.1.12 A **CPTM** poderá, sem prejuízo do disposto na cláusula DAS PENALIDADES, descontar dos pagamentos das faturas importâncias que, a qualquer título, forem-lhe devidas pela **CONTRATADA** em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a **CPTM** e a **CONTRATADA**.
- 9.1.13 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA** contra a **CPTM** não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A **CPTM** não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".
- 9.1.14 A **CONTRATADA** dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a **CPTM**, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

## 10. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 10.1 Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times [(IPC_i / IPC_0) - 1], \text{ onde:}$$

R = Parcela de Reajuste;

P<sub>0</sub> = Valor base do contrato no mês de aplicação do reajuste; e

IPC<sub>i</sub>/IPC<sub>0</sub> = Variação do IPC-FIPE ocorrida entre o mês da data base da proposta e o mês de aplicação do reajuste.



- 10.2 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços **Maior/2019**.
- 10.3 Na hipótese de até a emissão do documento de cobrança, não ter sido divulgada a variação do índice, o reajustamento será calculado, de forma provisória, por meio da aplicação do último índice conhecido.
- 10.4 Quando da publicação dos índices definitivos, a **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal e documento de cobrança referentes à diferença do reajuste, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias da entrega desses documentos à **CPTM** ou na data de vencimento original, o que ocorrer depois.
- 10.5 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 10.6 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

## 11. **TRIBUTOS**

- 11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à **CONTRATADA** apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à **CPTM** apurar e recolher o ICMS – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a **CONTRATADA** desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.
- 11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a **CPTM**, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 11.3 A **CPTM** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.
- 11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a **CONTRATADA** em atraso em relação ao prazo de execução dos serviços, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a **CPTM** responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus dessa diferença.
- 11.6 A **CPTM**, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.



- 11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a **CONTRATADA**, assume desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.
- 11.8 A **CONTRATADA** deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a **CONTRATADA** deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.
- 11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a **CONTRATADA** desde logo reconhece e autoriza à **CPTM** a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.
- 11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela **CPTM**, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.
- 11.11 A **CONTRATADA**, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.
- 11.12 É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a **CPTM**, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a **CPTM** do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

## 12. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

- 12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** apresentou garantia de adimplemento das condições estabelecidas neste instrumento, no valor de **R\$ 4.605,00 (Quatro mil, seiscentos e cinco reais)**, calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, recolhida junto ao Departamento de Finanças da **CPTM**, a qual deverá ser atualizada sempre que houver reajustamento ou atualização dos preços do contrato.
- 12.1.1 A garantia estabelecida nesta cláusula pode ser prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à **CONTRATADA** optar por uma dessas modalidades, devendo os termos do seguro-garantia e/ou fiança bancária serem submetidos à prévia aprovação da **CPTM**.
- 12.1.2 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de preços.



- 12.1.3 A garantia prestada em dinheiro deverá ser depositada diretamente na conta a ser indicada pelo Departamento de Finanças da **CPTM**, devendo a cópia do certificado de depósito ser entregue naquele departamento, situado na Rua Boa Vista nº 175 – 4º andar – Bloco A – Centro – São Paulo/SP.
- 12.1.4 Independentemente da modalidade de garantia apresentada, esta deverá ser complementada, também, quando da eventual incidência de reajuste dos preços deste contrato, com base no mesmo índice de reajuste adotado, devendo o complemento ser apresentado até o 30º (trigésimo) dia do mês em que ocorrer a aplicação do reajuste.
- 12.1.4.1 Havendo deduções do valor da garantia, pela aplicação de eventuais multas, a **CONTRATADA** obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem 12.1 supra, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da comunicação escrita da **CPTM**.
- 12.1.5 No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a **CONTRATADA** deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.
- 12.1.6 Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD proporcionalmente aos valores contratuais referentes aos serviços, observadas as condições insertas no subitem 25.4 e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 12.1.7 A **CPTM** poderá fazer uso da garantia de execução contratual, para pagamento de indenizações, bem como das multas previstas neste instrumento e, não sendo esta suficiente, responderá a **CONTRATADA** pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

### 13. OBRIGAÇÕES DA CPTM

#### 13.1 A **CPTM** se responsabiliza por:

- 13.1.1 Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.
- 13.1.2 Notificar por escrito a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços.
- 13.1.3 Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventual penalidade.





13.1.4 Proporcionar acesso adequado às instalações e a movimentação do pessoal e equipamentos da **CONTRATADA** nas dependências e instalações da **CPTM**.

12.1.1 Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1 A **CONTRATADA** se obriga a:

14.1.1 Preliminarmente ao início dos serviços, apresentar:

14.1.1.1 Carta de indicação do responsável técnico pelos serviços, acompanhada da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com registro no CREA/SP, conforme determina a Resolução CONFEA nº 1.025, de 30 de outubro de 2009.

14.1.1.2 Visto pelo CREA São Paulo no registro profissional do responsável técnico, na hipótese do mesmo ser de outra região, de acordo com o artigo 58 da Lei nº 5.194/66 ou averbação de seu registro no CRQ – IV Região, na hipótese de o mesmo ser de outra região, de acordo com a Lei nº 2800/56.

14.1.1.3 Prova de inscrição no Cadastro dos Contribuintes Municipal expedida pelo Órgão competente da Prefeitura do Município onde está localizada a **CONTRATADA**, que demonstre a possibilidade de emissão das notas fiscais para os serviços ora contratados.

14.1.2 Apresentar o CADRI - que autoriza a execução dos serviços ou certificado de dispensa de licenciamento ambiental (somente no caso de empresa que utilize o sistema "Bulb Eater" ou "Papa Lâmpadas"), a ser apresentada ao Gestor do Contrato, em até **45 (quarenta e cinco) dias**, contados da data de assinatura do contrato.


14.1.3 Dar início à execução dos serviços a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela **CPTM**.

14.1.4 Não alterar nenhuma especificação ou projeto sem prévia consulta e aprovação da **CPTM**.

14.1.5 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.

14.1.6 Manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando as integridades físicas dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização destes.

14.1.7 Conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.





- 14.1.8 Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
  - 14.1.9 Considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.
  - 14.1.10 Possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
  - 14.1.11 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários, devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.
  - 14.1.12 Cientificar a **CPTM** o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
  - 14.1.13 Paralisar, por determinação da **CPTM** ou seus prepostos, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas, projetos, normas regulamentadoras e a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
  - 14.1.14 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CPTM**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPTM**.
  - 14.1.15 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 14.2 Será admitida a substituição do responsável técnico de que trata o subitem 14.1.1.1 desta cláusula por outro de experiência equivalente ou superior, desde que devidamente justificada pela **CONTRATADA**, hipótese em que haverá prévia aprovação da **CPTM** e obrigará à nova ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) vinculada à ART original, nos termos do artigo 31 da Resolução CONFEA nº 1.025 de 30/10/2009.

## **15. PESSOAL**

- 15.1 O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **CPTM** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. No caso de vir a **CPTM** ser denunciada judicialmente, a **CONTRATADA** a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.



- 15.2 A **CONTRATADA** deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos referidos, não transfere à **CPTM** responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 15.3 Ocorrerem eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, fica esta, obrigada a requerer a exclusão da **CPTM** da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.
- 15.4 Na hipótese de a **CPTM** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, durante a vigência contratual e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **CPTM**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **CPTM** utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a **CONTRATADA**, com a qual, desde já a mesma expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.
- 15.5 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPTM** o registro de todos os empregados ligados ao contrato e deverá obedecer a todos os requisitos da legislação trabalhista em vigor.
- 16. FISCALIZAÇÃO**
- 16.1 A **CPTM** reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à **CONTRATADA**, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à **CPTM** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.
- 16.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização, o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.
- 16.3 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.
- 16.4 A **CONTRATADA** obriga-se a atender as determinações da fiscalização da **CPTM** relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.



- 16.5 Todos os trabalhos serão verificados pelo Gestor do Contrato antes de serem apropriados, cabendo à **CONTRATADA** tomar todas as providências necessárias para essa verificação, a qual será realizada com base nas Especificações e Normas Técnicas pertinentes.
- 16.6 Até o recebimento definitivo do objeto do contrato/serviço, a **CONTRATADA** será responsável, sem qualquer ônus para a **CPTM**, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.
- 16.7 Todos os defeitos, falhas e omissões detectadas pelo Gestor do Contrato nos elementos técnicos apresentados e na execução dos serviços, deverão ser corrigidos pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CPTM**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de sua comunicação. A aceitação dos serviços será concretizada somente depois de realizadas todas as correções exigidas pelo Gestor do Contrato, quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório dos serviços realizados.

## 17. PENALIDADES

- 17.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:
- 17.1.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente;
- 17.1.2 Multa de 0,1% (um décimo por cento) por cada dia de atraso, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- 17.1.3 Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;
- 17.1.4 Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese da reincidência da ação ou da omissão, que tenha justificado a aplicação da multa estabelecida no subitem anterior;
- 17.1.5 Multa de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, em caso de desistência ou rescisão do contrato.
- 17.1.6 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos a **CONTRATADA** que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 17.2 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 17.3 O pagamento das multas previstas nos itens 17.1.3 a 17.1.5 não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas.



- 17.4 Na hipótese de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.
- 17.5 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano “pro rata tempore”, até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no subitem 9.1.7 deste contrato.

## 18. RESCISÃO

### 18.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão do seu cumprimento, levando a **CPTM** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) A subcontratação do objeto que importe em desatendimento das condições de qualificação técnica e sem prévia autorização da **CPTM**;
- d) A fusão, cisão, incorporação, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da **CPTM** para avaliação da manutenção das condições de habilitação;
- e) O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;
- f) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- g) A dissolução da sociedade, o falecimento da **CONTRATADA**, a decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- j) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- k) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de sanções;
- l) O atraso nos pagamentos devidos pela **CPTM**, superior a 90 (noventa) dias, decorrentes de serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;



- m) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- n) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.
- 18.2 A rescisão por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- 18.3 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela **CONTRATADA**, até a data rescisória, passarão à propriedade da **CPTM**.
- 18.4 A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a **CPTM**.
- 18.5 Nos demais casos de rescisão, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será essa ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do disposto no artigo 160 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 19. ALTERAÇÕES**
- 19.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos casos previstos no art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 19.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.
- 19.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.
- 19.4 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 19.2.
- 19.5 Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações, se comprovadamente ocorrerem as circunstâncias descritas no artigo 152 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 20. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**
- 20.1 O objeto do presente contrato é total e indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela **CONTRATADA**, não sendo admitida a subcontratação.





## **21. GARANTIA TÉCNICA**

- 21.1 A responsabilidade técnica pelos documentos elaborados pela **CONTRATADA** subsistirá, mesmo após o recebimento definitivo dos mesmos pela **CPTM**, na forma e nos prazos determinados pela legislação vigente.
- 21.2 A **CONTRATADA** responderá pela boa qualidade dos documentos técnicos, pelos serviços e pelos fornecimentos por ela desenvolvidos e executados, mesmo após a aprovação pela **CPTM**.
- 21.3 A garantia deverá abranger todos e quaisquer tipos de falhas detectadas, a qualquer tempo, em relação à utilização inadequada de materiais, equipamentos ou mão de obra, de fornecimento e responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 21.4 A **CONTRATADA** deverá garantir, em razão de sua responsabilidade técnica, a correção sem custo adicional para a **CPTM**, de quaisquer atividades desenvolvidas em desconformidade técnica ou diversa da especificada em planilhas, devendo garantir ainda, a eficácia dos processos utilizados.

## **22. PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

- 22.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos e outros documentos elaborados pela **CONTRATADA**, na execução dos serviços, serão entregues à **CPTM**, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.
- 22.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na **CPTM**.
- 22.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela **CPTM**, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.
- 22.3 A documentação técnica apresentada à **CONTRATADA** é de propriedade da **CPTM**, sendo vedada sua utilização pela **CONTRATADA** para outros fins que não os previstos neste contrato. A **CONTRATADA** deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.
- 22.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a **CONTRATADA** deverá ter entregue à **CPTM**, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

## **23. DIREITOS AUTORAIS**

- 23.1 A **CONTRATADA** deverá garantir, indenizar e proteger a **CPTM**, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.





- 23.2 A **CPTM** comunicará à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a **CONTRATADA**, conforme opção da **CPTM**, a:
- 23.2.1 Defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a **CPTM** a ser condenada, por força das citadas medidas;
  - 23.2.2 Substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;
  - 23.2.3 Garantir à **CPTM** a continuidade e qualidade dos serviços previstos no contrato.
- 23.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela **CPTM**, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela **CPTM**.
- 23.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou "know-how", que impeçam a **CPTM** o conhecimento de detalhes do projeto.

## **24. COMUNICAÇÕES**

- 24.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondência endereçada como segue:

### **CPTM:**

#### **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

RUA BOA VISTA, Nº 185 – CENTRO

SÃO PAULO / SP

CEP 01014-001

CONTRATO Nº 810918306100

### **CONTRATADA:**

#### **BULBLESS SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA**

Rua Loanda, nº 574 – Bairro: Chácaras Reunidas

São José dos Campos/SP

CEP 12238-330

CONTRATO Nº 810918306100

CONTATO: Gerval Terto de Sousa

TEL: (12) 3322-1111

E-MAIL: contato@bulbless.com.br

- 24.2 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste Contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.



- 24.3 A **CPTM** e a **CONTRATADA** deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

## **25. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

- 25.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 25.2 O objeto deste contrato será aceito pela **CPTM**, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.
- 25.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**, em até **15 (quinze) dias** da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela **CONTRATADA**. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a **CONTRATADA** passará à condição de inadimplência perante a **CPTM**.
- 25.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até **90 (noventa) dias**, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**.

## **26. NOVAÇÃO**

- 26.1 Se qualquer das partes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

## **27. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- 27.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, no Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM** e na Lei Federal nº 13.303/16, bem como na Legislação Estadual pertinente.

## **28. VINCULAÇÃO**

- 28.1 O presente Contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº **8109183061** e à proposta da **CONTRATADA**.



**29. FORO**

- 29.1 Os contratantes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinadas uma à **CONTRATADA** e a outra a **CPTM**.

São Paulo, 10 de outubro de 2019.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:



**SANDRA REGINA MATOS BORGES**  
Gerente de Contratações e Compras  
sandra.borges@cptm.sp.gov.br  
E-mail pessoal: N/I  
CPF Nº: 118.149.678-00  
RG Nº: 16.110.187-2



**FELISSA SOUSA ALARCON**  
Diretora Administrativa e Financeira  
felissa@cptm.sp.gov.br  
E-mail pessoal: N/I  
CPF Nº: 010.685.271-02  
RG Nº: 2.708.545

Pela **CONTRATADA**:



**GERVAL TERTO DE SOUSA**  
Sócio Proprietário  
contato@bulbless.com.br  
E-mail pessoal: N/I  
CPF Nº: 072.168.718-04  
RG Nº: 17.393.950

**TESTEMUNHAS:**



**Marcio Yukio Assonuma**  
Analista de Processos de  
Contratação – GFC/A



**CARLOS ALBERTO RODRIGUES**  
Analista de Administração  
e Gestão



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Prestação de serviços de coleta, transporte, descontaminação e destino final de lâmpadas usadas, tipo fluorescentes, luz mista, vapor de mercúrio e vapor de sódio, que estão estocadas na Lapa - Linha 07 da CPTM.

#### 2. ESPECIFICAÇÕES

##### 2.1. PREMISSAS

Para atender às necessidades da CPTM os trabalhos estão divididos, conforme itens abaixo:

- Todos os serviços e componentes deverão garantir plenamente o perfeito funcionamento e o atendimento das necessidades da CPTM;
- O licenciamento das operações deverá ser obtido antes do início das atividades;
- Deverão ser elaborados e fornecidos duas cópias dos respectivos relatórios de acompanhamento dos serviços, contemplando as tarefas realizadas com relação à coleta, transporte, descontaminação e destino final das lâmpadas;
- A priorização das tarefas será definida pelo GESTOR da CPTM e com o de acordo da CONTRATADA;
- Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário.

##### 2.2. ABRANGÊNCIAS

Estão contempladas para os serviços todas as lâmpadas usadas inteiras e quebradas, tipo:

- Fluorescentes
- Luz mista
- Vapor de mercúrio
- Vapor de sódio

##### 2.3. SERVIÇOS

Os serviços de coleta, transporte, descontaminação e destinação final de lâmpadas usadas, tipo fluorescentes, luz mista, vapor de mercúrio e vapor de sódio que estão estocadas na Lapa – Linha 07 da CPTM, devem estar em conformidade com:

- O que determina as normas de segurança e de prevenção de riscos de acidentes, obedecendo às normas e padrões internos da CPTM descritos na Norma de Serviço NI.01/011 – Cláusulas de Saúde e Segurança do Trabalho nas Contratações de Serviços e Obras, assim como as decorrentes das normas e regulamentos aplicáveis à CPTM; e



- O Item 3 da Especificação Técnica CPTM AM9221-1 “Serviços Técnicos para Descontaminação e Destinação de Lâmpadas tipo Fluorescentes, Vapor de Mercúrio, Vapor de Sódio e Mistas”, que estabelece as diretrizes básicas para a execução desta prestação de serviço nos aspectos de manuseio, acondicionamento, transporte, processo de descontaminação e destinação de resíduos.

Após a coleta, a CONTRATADA deverá deixar em perfeitas condições de limpeza, ocupação e uso os locais onde forem realizados os serviços, bem como aqueles utilizados para o acesso de seu pessoal e do material necessário, sendo de sua responsabilidade, o conserto do que for danificado.

Todos os serviços descritos deverão incluir a aplicação de mão de obra qualificada e o fornecimento de todos os materiais necessários à conclusão integral da finalidade. Estes deverão ser executados conforme as normas legais, ambientais e técnicas aplicáveis. As diretrizes básicas para a execução dos serviços encontram-se descritas na Especificação Técnica AM9221-1 – Serviços Técnicos para Descontaminação e Destinação de Lâmpadas Tipo Fluorescentes, Vapor de Mercúrio, Vapor de Sódio e Mistas.

· LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- Almoxarifado de Materiais Inservíveis, Resíduos, Sucatas e Alienações situado à Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 200 – Vila Anastácio – São Paulo/SP.

· PERÍODO DE TRABALHO

Os serviços de coleta, carregamento e transporte de lâmpadas usadas inteiras e quebradas, tipo fluorescentes, luz mista, vapor de mercúrio e vapor de sódio que estão estocadas no Almoxarifado de Materiais Inservíveis, Resíduos, Sucatas e Alienações da CPTM, deverão ser desenvolvidos de segunda-feira à sexta-feira no período das 8:00 às 16:30 horas.

· TRANSPORTE

Todo o transporte e carregamento necessários deverão ser de responsabilidade da Contratada e deverá ser realizado somente de segunda a sexta-feira das 8:00 às 16:30, conforme a programação da CONTRATADA, previamente aprovada pela CPTM.

· MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

A CPTM não fornecerá nenhum tipo de material e/ou equipamentos necessários à execução dos serviços contratados.

## 2.4. PLANEJAMENTO OPERACIONAL

A CONTRATADA deverá elaborar um programa de atividades prevendo as rotinas com a descrição detalhada (memorial descritivo) do serviço a ser executado, considerando as normas técnicas, legais, ambientais e administrativas pertinentes.





## 2.5. TREINAMENTO

A CONTRATADA deverá ministrar treinamento com material orientativo/didático aos funcionários da CPTM envolvidos na execução do serviço. O público previsto será de 5 (cinco) a 8 (oito) pessoas com carga horária de 4 horas.

Dentro do conteúdo programático deverão ser abordados temas como:

- a. Coleta;
- b. Manuseio;
- c. Segregação e armazenagem dos resíduos;
- d. Processo de reciclagem;
- e. Destinação dos materiais reciclados;
- f. Legislação ambiental;
- g. Riscos à saúde e ao meio ambiente;
- h. Procedimentos de emergência;
- i. Primeiros socorros

O local de treinamento será nas dependências da CPTM.

## 2.6. MATERIAIS

Para a realização da coleta, transporte, descontaminação e destino final de lâmpadas usadas inteiras e quebradas, tipo fluorescentes, luz mista, vapor de mercúrio e vapor de sódio que estão estocadas na Lapa – Linha 07 da CPTM, a CONTRATADA deverá fornecer e fiscalizar todos os materiais, embalagens que evitem a contaminação do ambiente pelo mercúrio, ferramentas, acessórios e equipamentos de proteção individual e coletivo, que se façam necessários à realização dos serviços.

A CPTM não fornecerá nenhum material e/ou equipamentos necessários à execução dos serviços contratados.

## 2.7. ACONDICIONAMENTO

A CONTRATADA deverá fornecer vasilhames apropriados indevassáveis que garantam o acondicionamento e transporte das lâmpadas usadas inteiras e quebradas com segurança.

A transferência das lâmpadas usadas inteiras e quebradas aos recipientes apropriados será de responsabilidade da CONTRATADA.

## 2.8. PROCESSAMENTO

O processamento não poderá ser feito nas dependências da CPTM. **As lâmpadas devem ser processadas nos locais (sede ou filiais) que a licitante vencedora apresentar nas documentações de habilitação.**

Deverá haver a recuperação do mercúrio metálico contido nas lâmpadas. Todos os resíduos devem ser descontaminados e reciclados atendendo todas as normas vigentes.

O local de destino dos resíduos deverá ter a aprovação do órgão ambiental competente para os resíduos em questão. Todo o processo deve ser realizado de acordo com todas as normas ambientais e de segurança, com plano de apoio e aprovado pelo órgão ambiental competente.



## 2.9. RELATÓRIOS

A CONTRATADA deverá elaborar relatórios técnicos mensais relativos aos serviços prestados, informando as quantidades de lâmpadas inteiras e quebradas recolhidas na CPTM e o registro da existência de não conformidades.

Ao final da execução do serviço, a CONTRATADA deverá entregar à CPTM o Relatório Conclusivo contendo Fotos e os Certificados de Destinação do Mercúrio através da Nota Fiscal, Declaração do Receptor ou CADRI emitido pelo órgão ambiental responsável.

## 2.10. PLANILHAS

PLANILHA DE QUANTIDADES			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANTIDADE
1.0	<b>Elaboração e Apresentação do Programa de Trabalho – Descritivo</b>		
1.1	Descrição Detalhada e Cronograma Geral	UN	1
1.2	Programa de Ações e Procedimentos	UN	1
1.3	Plano de Segurança Ambiental e do Trabalho	UN	1
1.4	Programa para Transporte de Produtos Perigosos	UN	1
1.5	Programa de Prevenção, Contenção e Respostas a Acidentes	UN	1
1.6	Programa de Destinação de Resíduos	UN	1
2.0	<b>Licenciamento das Operações / Emissão do CADRI</b>		
2.1	Consulta aos Órgãos Competentes e Solicitação das Licenças	UN	1
2.2	Obtenção das Licenças	UN	1
3.0	<b>Treinamento</b>		
3.1	Treinamento	UN	1
4.0	<b>Coleta, Transporte, Descontaminação e Reciclagem</b>		
4.1	Lâmpadas Inteiras	KG	50.000
4.2	Lâmpadas Quebradas	KG	1.000
5.0	<b>Relatório Conclusivo e Certificados de Destinação</b>		
5.1	Entrega de Relatório Conclusivo com Fotos e Certificados de Destinação	UN	1

PLANILHA DE EVENTOS												
EVENTO	PRAZO EM MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
EVENTO A	A											
EVENTO B	B											
EVENTO C	C											
EVENTO D	D											
EVENTO E	E											
EVENTO F	F											
EVENTO G	G	G										
EVENTO H	H	H										
EVENTO I												I
EVENTO J		J										
EVENTO K												K

EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
EVENTO A	Descrição Detalhada e Cronograma Geral
EVENTO B	Programa de Ações e Procedimentos
EVENTO C	Plano de Segurança Ambiental e do Trabalho
EVENTO D	Programa para Transporte de Produtos Perigosos
EVENTO E	Programa de Prevenção, Contenção e Respostas a Acidentes
EVENTO F	Programa de Destinação de Resíduos
EVENTO G	Consulta aos Órgãos Competentes e Solicitação das Licenças
EVENTO H	Obtenção das Licenças
EVENTO I	Treinamento
EVENTO J	Coleta, Transporte, Descontaminação e Reciclagem de Lâmpadas Inteiras e Quebradas
EVENTO K	Entrega de Relatório Conclusivo com Fotos e Certificados de Destinação



CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL	
MÊS	%
01	1,56 %
02	28,61%
03	28,19%
04	4,70%
05	4,70%
06	4,70%
07	4,70%
08	4,70%
09	4,70%
10	4,70%
11	7,62%
12	1,12%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>



### CRONOGRAMA FÍSICO

Evento	Discriminação das Atividades	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	11	12
<b>1.0</b>	<b>Elaboração e Apresentação de Programa de Trabalho-Descritivo</b>														
1.1	Descrição Detalhada e Cronograma Geral	100%													
1.2	Programa de Ações e Procedimentos	100%													
1.3	Programa de Segurança Ambiental e do Trabalho	100%													
1.4	Programa para Transporte de Produtos Perigosos	100%													
1.5	Programa de Prevenção, Contenção e Respostas a Acidentes	100%													
1.6	Programa de Destinação dos Resíduos	100%													
<b>2.0</b>	<b>Licenciamento das Operações / Emissão do CADRI</b>														
2.1	Consulta aos órgãos competentes e solicitação das licenças	50%	50%												
2.2	Obtenção das licenças	50%	50%												
<b>3.0</b>	<b>Treinamento</b>														
3.1	Treinamento														100%
<b>4.0</b>	<b>Coleta, Transporte, Descontaminação e Reciclagem.</b>														
4.1	Lâmpadas Inteiras		30%	30%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
4.2	Lâmpadas Quebradas													100%	
<b>5.0</b>	<b>Relatório Conclusivo e Certificados de Destinação</b>														
5.1	Relatório Conclusivo com Fotos e Certificados de Destinação														100%



## 2.11. ANEXOS

- NI.01/011 – CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS; e
- ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CPTM AM9221-1 – Serviços Técnicos para Descontaminação e Destinação de Lâmpadas Tipo Fluorescentes, Vapor de Mercúrio, Vapor de Sódio e Mistas.





**TÍTULO: CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS  
CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS****1. FINALIDADE**

Estabelecer critérios relativos à inclusão nos Termos de Referência - TR, de cláusulas contratuais relacionadas à saúde e segurança do trabalho e segurança operacional de empregados de terceiros que atuam nas dependências da CPTM, bem como, definir responsabilidades inerentes à execução, fiscalização e gestão destas condições durante a realização dos serviços e obras.

**2. DISTRIBUIÇÃO**

Todas as áreas da CPTM

**3. DEFINIÇÕES****3.1. Termo de Referência - TR**

Instrumento elaborado antes da contratação de um produto, serviço ou obra, onde são explicitadas com precisão as especificidades técnicas e características particulares do objeto contratual e, que integra o contrato a ser firmado pela CPTM.

**3.2. Contratada**

Empresa responsável pela execução do objeto contratual originado pelo TR, em conformidade total com as exigências pactuadas.

**3.3. Gestor**

Preposto designado a representar a CPTM perante a Contratada, de forma a garantir a consecução do Instrumento Contratual.


**3.4. Fiscal**

Empregado da CPTM indicado pelo Gestor ou empresa de Supervisão / Fiscalização contratada para o acompanhamento da execução do objeto contratual, observados os aspectos técnicos e legais.

**4. DIRETRIZES****4.1. Gerais**

- a.) Cabe à CPTM apresentar diretrizes que devem ser cumpridas ao longo da prestação dos serviços ou da implantação de obras e equipamentos, por contratadas, supervisoras e gerenciadoras, em relação à saúde e segurança do trabalho de empregados de terceiros que atuem em suas dependências.
- b.) Cabe à empresa contratada para a realização dos serviços ou obras, a responsabilidade integral pela execução das atividades com a observância de toda a legislação e normas regulamentadoras destinadas à saúde e segurança dos empregados que estejam atuando na CPTM e, em especial, ao conteúdo desta Norma Implementadora. Antes do início dos trabalhos, devem ser apresentados documentos que comprovem que a contratada cumpre integralmente as NR's de saúde e segurança do trabalho.
- c.) Cabe à empresa contratada como supervisora, além do acompanhamento de execução do objeto contratado, a verificação documental exigida para cumprimento de Normas Regulamentadoras, bem como, acompanhamento de campo do cumprimento das exigências relacionadas a saúde e segurança do trabalho, reportando ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade observada.
- d.) Cabe à empresa contratada para o gerenciamento, acompanhar o andamento geral dos

Aprovação:

  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02

 <b>CPTM</b>	<b>TÍTULO: CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS</b>	Nº 01/011	Página: 28
---	--	-----------	------------

serviços ou obras em andamento, com planejamento de informações, que subsidiem decisões da administração da CPTM.

- e.) A CPTM se exime de qualquer responsabilidade relacionada aos empregados da Contratada, no que se refere às regulamentações relativas à saúde e segurança do trabalho.
- f.) Para execução de projetos deve ser observado o Relatório Técnico AN 7572 - 9, que estabelece as exigências mínimas para a realização de projetos de novas instalações ou reformas.
- g.) O Gestor do contrato ou seus representantes devem manter frequente contato com a Contratada de forma a garantir a fluência dos serviços.
- h.) A Contratada deve adotar medidas internas ou externas aos locais de trabalho visando eliminar qualquer possibilidade de riscos de acidentes.
- i.) As placas informativas instaladas pela Contratada devem estar de acordo com os modelos definidos pela CPTM.

## **5. CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO QUE DEVEM CONSTAR NOS TERMOS DE REFERÊNCIA / CONTRATOS**

### **5.1. Do Programa de Trabalho**

- a.) A Contratada deve responsabilizar-se para que os serviços ou obras sejam executados em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, destinadas à saúde e segurança do trabalho e demais disposições estabelecidas por legislação federal, estadual, municipal e instrumentos normativos de órgãos técnicos oficiais.
- b.) A Contratada deve manter um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, devidamente registrado na Superintendência Regional do Trabalho, assim como uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, sempre que suas características assim o exigir. Deve indicar um profissional responsável pelo serviço especializado, para entendimentos com a CPTM, apresentando o respectivo comprovante de recolhimento da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica.
- c.) Na desobrigatoriedade legal de exigência do SESMT, cujos serviços envolvam riscos ambientais (físicos / químicos / biológicos / ergonômicos e de acidentes), a empresa contratada deve designar um responsável técnico, com o devido recolhimento de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, para os assuntos de saúde e segurança do trabalho a serem praticados nas dependências da CPTM.
- d.) A Contratada deve obedecer às determinações da segurança operacional no tocante ao acesso às áreas operacionais ou de tráfego de trens.
- e.) As recomendações da CPTM devem ser registradas no diário da obra e prontamente acatadas e implementadas sob inteira responsabilidade e ônus da Contratada.

### **5.2. Do Plano de Trabalho**

As empresas contratadas devem apresentar previamente ao início dos serviços um Plano de Trabalho contendo, no mínimo, etapas da obra/serviço e aspectos de saúde e segurança do trabalho para cada fase, além da declaração que vai atender todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho conforme estabelecido na legislação vigente, os seguintes itens:

#### **5.2.1. Ordens de Serviço referente a NR1**

A Emissão de Ordens de Serviço, referentes à segurança e medicina do trabalho, deve obedecer aos termos da NR 1, com os seguintes objetivos:

Aprovação:		Data:	Versão: 02
	Paulo de Magalhães Bento Gonçalves Diretor Presidente		

- Informar sobre a possibilidade de punição pelo descumprimento das Ordens de Serviços expedidas e divulgadas;
- Prevenir atos inseguros no desempenho dos trabalhos;
- Divulgar aos empregados as obrigações e proibições durante a execução dos trabalhos;
- Definir procedimentos para casos de acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;
- Adotar medidas visando eliminar ou neutralizar a insalubridade e condições inseguras.

#### 5.2.2. Treinamentos Obrigatórios

- a.) A Contratada deve, nas funções e atividades que exijam empregados com habilitação específica obrigatória por lei, disponibilizar para a fiscalização, cópias da documentação que comprove o fato.

#### 5.2.3. Equipamentos de Proteção Individual - EPI

- a.) Cabe a Contratada fornecer aos seus empregados EPI's adequados aos riscos de cada atividade, dentro do que determina a NR 6 da Portaria 3.214/78 do MTE, bem como obrigar e fiscalizar o respectivo uso.
- b.) Os empregados em serviço devem estar devidamente uniformizados, usando coletes de alta visibilidade, portando crachás de identificação e usando os EPI's necessários. Caso contrário, não é permitido sua permanência no local do trabalho. Para atividades noturnas e em túneis deve haver iluminação adequada e cada empregado deve portar, no mínimo, colete reflexivo.
- c.) A Contratada deve manter registro da entrega e devolução dos EPI's aos seus empregados, para efeito de fiscalização do SESMT da CPTM e da Superintendência Regional do Trabalho.
- d.) No plano de trabalho deve constar a relação de EPI's e EPC's a serem utilizados durante a execução dos serviços / obra

#### 5.2.4. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA

- a.) A Contratada deve apresentar à CPTM o documento base do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, elaborado nos moldes na NR 9 da Portaria 3.214/78 do MTE e suas atualizações.

#### 5.2.5. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO

- a.) O PCMSO apresentado pela Contratada deve ser elaborado nos moldes da NR 7, sendo específico para o respectivo contrato de prestação de serviços e atualizado ao longo do período contratual.
- b.) No PCMSO deve constar, obrigatoriamente: relatório anual discriminado por setores da empresa relacionados ao contrato, número e natureza dos exames médicos, avaliações clínicas e exames complementares, estatística de resultados considerados anormais, bem como, planejamento para o próximo ano, visando evidenciar ou atestar a realização dos exames necessários ao desenvolvimento do programa. Todas as folhas do PCMSO devem ser vistas pelo médico responsável pela elaboração e implementação do Programa.
- c.) É obrigatória a emissão de ASO - Atestado de Saúde Ocupacional, nos seguintes casos: admissão, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho ou demissão do empregado. O processo deve contar com as seguintes etapas:
1. Realizar exames complementares compatíveis com a natureza dos riscos a que estão expostos os empregados que prestarão serviços

Aprovação:

Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02

2. Realizar exame clínico avaliando os resultados dos exames complementares e a compatibilidade com os trabalhos a serem executados, bem como, qualquer outra moléstia ou condição pré-existente.
3. Entregar cópia do ASO de cada empregado que atue nas dependências da CPTM.
4. Observar a periodicidade do exame médico e complementar, conforme estabelecido no PCMSO e, entregar os ASO atualizados.
5. Manter cópia do ASO no local de prestação do serviço para efeito de fiscalização pelos órgãos públicos competentes ou SESMT da CPTM.

#### 5.2.6. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA

- a.) A Contratada deve encaminhar ao Gestor da CPTM, as atas de eleição, instituição e posse da CIPA, juntamente com o calendário anual de reuniões ordinárias e manter cópias das atas, devidamente assinadas, para eventual fiscalização. Caso seja desobrigada de constituir CIPA, a Contratada deve designar formalmente um representante para as questões de segurança e saúde, conforme disposto na NR 5.

#### 5.2.7. Ficha de Informação de Produtos Químicos - FISPQ

- a.) A Contratada deve manter disponível no local de trabalho e à disposição de todos os trabalhadores, as FISPQ's dos produtos químicos por ela utilizados. Cabe a Contratada implementar medidas de controle de riscos previstas na FIPQ's e orientar os empregados no que se refere às ações em situações de emergência.

#### 5.2.8. Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT

- a.) Quando da ocorrência de acidente de trabalho, a Contratada deve emitir Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT, conforme prevê a legislação e enviar cópia ao Gestor do Contrato. Casos de acidentes graves ou fatais devem ser imediatamente comunicados ao Gestor do contrato. Na sequência são providenciadas a emissão da CAT, relatórios sobre encaminhamentos realizados, relatório de análise de acidente e cópia da ata de reunião extraordinária da CIPA.

#### 5.2.9. Condições de Ambiente e Áreas de Trabalho

- a.) A Contratada deve manter as áreas de trabalho e armazenamento em condições de limpeza, higiene, organização e segurança, observando:
1. Locais para passagem e trânsito de usuários da CPTM, terceiros e colaboradores claramente definidos, sinalizados, desobstruídos e seguros.
  2. Locais apropriados e sinalizados para armazenagem/depósito de produtos/ materiais.
  3. Armazenamento adequado e sinalizado para produtos combustíveis e líquidos inflamáveis, conforme NR 20 e NR 26.
  4. Espaço designado e sinalizado para descarte de lixo ou resíduos.
  5. Preservar os materiais de sua propriedade ou da CPTM, distribuídos ao longo das frentes de serviço, no sentido de evitar acidentes e/ou transtorno ao tráfego.
- b.) A Contratada deve realizar o transporte de empregados em veículos apropriados e isentos de riscos.
- c.) A Contratada deve disponibilizar aos empregados que atuam nas dependências da CPTM recursos de sanitários e vestiários, conforme NR 24.
- d.) Quando solicitado pela CPTM, a Contratada deve disponibilizar o Laudo Ergonômico, visando atender a fiscalização dos órgãos competentes, conforme NR 17.

#### 5.2.10. Programa de Condições de Construção e Meio Ambiente de Trabalho - PCMAT


- a.) A Contratada atuante na área da indústria da construção civil deve apresentar a CPTM,

Aprovação:

  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02

 <b>CPTM</b>	<b>TÍTULO: CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS</b>	<b>Nº N1.01.011</b>	<b>Página: 58</b>
---	--	---------------------	-------------------

o Programa de Condições de Construção e Meio Ambiente de Trabalho - PCMAT específico das atividades a serem desenvolvidas

#### 5.2.11. Laudos

- a.) Para atividades que envolvam riscos com energia elétrica, inflamáveis e/ou agentes insalubres, a contratada deve apresentar os respectivos Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade.

#### 5.2.12. Paralisação dos Serviços

- a.) O não cumprimento, por parte da Contratada, das recomendações decorrentes das fiscalizações pode acarretar na interrupção ou cancelamento dos trabalhos ficando a Contratada sujeita às penalidades estabelecidas em contrato ou legislação vigente.
- b.) Se constatadas transgressões à legislação ou risco iminente à saúde e segurança dos empregados, cabe a Contratada prontamente corrigir ou restabelecer as condições adequadas, sem as quais os trabalhos não são reiniciados.
- c.) Os custos de paralisação das obras/serviços, no que se refere a segurança do trabalho, correm por conta da Contratada.

#### 5.2.13. Plano de Atuação em Situações de Emergência

- a.) Deve ser apresentado um Plano de Atuação em Situações de Emergência devendo conter telefones e endereços de serviços de saúde para eventuais atendimentos aos acidentados, bem como, grau de risco identificado e ações a serem adotadas pelos envolvidos.

#### 5.2.14. Comprovação Documental

- a.) As empresas contratadas devem apresentar documentos comprobatórios dos itens constantes do Plano de Trabalho, exceto para os itens 5.2.1, 5.2.7, 5.2.8, 5.2.9, 5.2.11 e 5.2.12 desta norma, que deverão ser apresentados em data posterior, de comum acordo com o gestor.

### 6. RESPONSABILIDADES

#### 6.1. Área Solicitante


- a.) Prever no TR os aspectos de saúde e segurança trabalho e segurança operacional que devem constar nos Contratos.
- b.) Definir padrão de trabalho a ser seguido pela Contratada, prevendo horários adequados a realização dos serviços, visando minimizar interferências na operação.
- c.) Incorporar ao TR, informações adequadas às especificidades dos serviços, obras ou montagens, de forma a garantir que os contratos contenham cláusulas referentes a saúde e segurança do trabalho e segurança operacional.
- d.) Providenciar encaminhamento do TR, à Gerência de Contratações e Compras para início do processo licitatório.
- e.) Após assinatura do Contrato e antes da emissão da Ordem de Serviço, o plano de trabalho apresentado pela Contratada deve ser verificado, observando as cláusulas incluídas no TR / Contrato, constantes desta Norma.

#### 6.2. Segurança do Trabalho

- a.) Definir as diretrizes que devem ser cumpridas por contratadas de serviços e obras, que tenham empregados atuando nas dependências da CPTM.
- b.) Assessorar a Gestores e Fiscais de contratos de serviços e obras, quando solicitado.

#### 6.3. Gerência de Contratações e Compras

- a.) Viabilizar a inclusão das cláusulas relativas à segurança trabalho e segurança

<b>Aprovação:</b>		<b>Data:</b>	<b>Versão: 02</b>
	Paulo de Magalhães Bento Gonçalves Diretor Presidente		

operacional nos instrumentos contratuais e no decorrer do processo licitatório, conforme previstos no TR.

#### 6.4. Gestor

- a.) Instruir o fiscal ou a empresa de Supervisão / Fiscalização contratada para o acompanhamento da execução do objeto contratual, sobre os aspectos de segurança do trabalho e segurança operacional previstos nos contratos e passíveis de fiscalização;
- b.) Paralisar a realização de serviços ou obras, quando as atividades gerarem qualquer tipo de risco ou dano à saúde e integridade dos trabalhadores, exigindo a correção imediata por parte da Contratada e aplicando as sanções cabíveis;
- c.) Impor restrições de pagamento se descumprida a legislação atinente à saúde e segurança do trabalho, bem como, o conteúdo desta Norma Implementadora para a realização do objeto contratado.

#### 6.5. Fiscal designado pelo Gestor ou Empresa de Supervisão / Fiscalização

- a.) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais pela Contratada;
- b.) Realizar inspeções sistemáticas dos serviços, verificando o cumprimento do plano de trabalho e demais determinações específicas da CPTM;
- c.) Verificar documentos relativos à saúde e segurança do trabalho, bem como, realizar a fiscalização de campo sobre os ambientes e demais condições relativas ao assunto;
- d.) Comprovar a adoção de procedimentos de saúde e segurança do trabalho durante a execução da obra ou serviço, verificando se a contratada está cumprindo o plano de segurança, fiscalizando o uso de EPI's, aplicando treinamentos previstos em NR, etc.


### 7. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

- a.) Os casos omissos serão dirimidos pelo Diretor Presidente, por proposição da Gerência de Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos - GRH;
- b.) Esta Norma cancela e substitui a NS DAF/005 - Cláusulas de Segurança do Trabalho nas Contratações de Terceiros.

### 8. ANEXOS

Anexo I - Controle de Versões

Aprovação:

  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02



## 8.1. Anexo I - Controle de versões

Versão	Data	Pág.	Motivo
01	04/05/09	Todas	Esta Norma cancela e substitui a NS.DAF/005 - Cláusulas de Segurança do Trabalho nas Contratações de Terceiros.
02	26/11/16	2 e 5	Adequação do Item 5.2.

Aprovação:


  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02

<b>9.</b>	<b>ÍNDICE</b>	
1.	FINALIDADE .....	1
2.	DISTRIBUIÇÃO .....	1
3.	DEFINIÇÕES .....	1
3.1	Termo de Referência - TR .....	1
3.2	Contratada .....	1
3.3	Gestor .....	1
3.4	Fiscal .....	1
4.	DIRETRIZES .....	1
4.1	Gerais .....	1
<b>5.</b>	<b>CLÁUSULAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO QUE DEVEM CONSTAR NOS TERMOS DE REFERÊNCIA / CONTRATOS</b> .....	<b>2</b>
5.1	Do Programa de Trabalho .....	2
5.2	Do Plano de Trabalho .....	2
5.2.1	Ordens de Serviço .....	2
5.2.2	Treinamentos Obrigatórios .....	3
5.2.3	Equipamentos de Proteção Individual - EPI .....	3
5.2.4	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA .....	3
5.2.5	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO .....	3
5.2.6	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA .....	4
5.2.7	Ficha de Informação de Produtos Químicos - FISPQ .....	4
5.2.8	Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT .....	4
5.2.9	Condições de Ambiente e Áreas de Trabalho .....	4
5.2.10	Programa de Condições de Construção e Meio Ambiente de Trabalho - PCMAT .....	4
5.2.11	Laudos .....	5
5.2.12	Paralisação dos Serviços .....	5
5.2.13	Plano de Atuação em Situações de Emergência .....	5
5.2.14	Comprovação Documental .....	5
<b>6.</b>	<b>RESPONSABILIDADES</b> .....	<b>5</b>
6.1	Área Solicitante .....	5
6.2	Segurança do Trabalho .....	5
6.3	Gerência de Contratações e Compras .....	5
6.4	Gestor .....	6
6.5	Fiscal designado pelo Gestor ou Empresa de Supervisão / Fiscalização .....	6
<b>7.</b>	<b>DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES</b> .....	<b>6</b>
<b>8.</b>	<b>ANEXOS</b> .....	<b>6</b>
8.1	Anexo I - Controle de versões .....	7
<b>9.</b>	<b>ÍNDICE</b> .....	<b>8</b>

Aprovação:

  
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves  
Diretor Presidente

Data:

Versão: 02



COMPANHIA PAULISTA DE  
TRENS METROPOLITANOS

## ET – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

<b>TÍTULO: 446 – Controle Operacional</b>					
<b>8. Serviços técnicos para descontaminação e destinação de lâmpadas tipo fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio e mistas.</b>					
TIPO <b>ET</b>	SISTEMA <b>O</b>	LINHA <b>X</b>	KM <b>99</b>		
TRECHO <b>99</b>	SUBTRECHO <b>99</b>	SUBSISTEMA/CONJUNTO <b>O9999</b>		ÁREA <b>GOM/Ambiental</b>	Nº CONTRATO
ETAPA <b>6</b>	CLASSE/SUBCLASSE <b>O12</b>	SEQUENCIAL <b>999</b>	Nº CONTROLE <b>AM 9221-1</b>	VERIFICAÇÃO/DATA <b>Raul – 23/11/06</b>	VERIFICAÇÃO/DATA
IDENTIFICAÇÃO <b>ET.O.X.99.99.9999.6.O12.999</b>			REVISÃO <b>C</b>	PÁGINA <b>1</b>	APROVAÇÃO/DATA <b>Raul – 23/11/06</b>
Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA		SUPERVISORA	

### DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

1. Lei Estadual nº 10.888/01
2. NBR 10004:2004 – Resíduos Sólidos – Classificação.
3. Lei Federal de Crimes Ambientais 9.605/98 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
4. Decreto Federal 6.514/08 – Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
5. Decreto Estadual 8.468/76 – Dispõe sobre a Prevenção e controle da poluição do meio ambiente
6. Decreto Estadual 47.397/02 – dá nova redação ao título V, Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10 ao Decreto 8.468/76
7. Lei nº 13.478/2002, Prefeitura do Município de São Paulo.
8. NBR 8286- Emprego de sinalização nas unidades de transporte e de rótulos nas embalagens de produtos perigosos
9. NBR 7500- Transporte de cargas perigosas – simbologia.
10. NBR 7501- Transporte de cargas perigosas – terminologia.
11. NBR 7502- Transporte de cargas perigosas – classificação.
12. NBR 12335 – Armazenamento de resíduos sólidos perigosos.

### DOCUMENTOS RESULTANTES

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.

### OBSERVAÇÕES


1. Autor: Renata Fernandes F. Ciote.
2. Colaboração: Marcio Teruo Onodera
3. Revisão: Vanessa Anzai
4. Responsável: Eng. Raul Merino Vicentini
5. Aprovação: Eng. Raul Merino Vicentini

D.					
C.		Vinculação do título ao requisito da NBR ISO 14001	Raul M. Vicentini	Raul M. Vicentini	27/05/11
B.		Atualização da Especificação por novas tecnologias	Raul M. Vicentini	Raul M. Vicentini	08/09/08
A.		Adequação da Especificação para execução do Edital	Raul M. Vicentini	Raul M. Vicentini	29/08/07
REV.	ÍTEM	MOTIVO	RESP. TÉCNICO	APROVAÇÃO	DATA

7122

Esta folha é propriedade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e seu conteúdo não pode ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa. A liberação ou aprovação deste Documento não exime o projetista de sua responsabilidade sobre o mesmo



<b>TÍTULO: 446 – Controle Operacional</b> <b>8. Serviços técnicos para descontaminação e destinação de lâmpadas tipo fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio e mistas.</b>			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	N ° CONTROLE AM 9221-1	REVISÃO C	PÁGINA <b>2</b>
 CPTM	ÁREA GOM – Gestão Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06	APROVAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

## 1. FINALIDADE

Estabelecer diretrizes para a execução dos serviços de descontaminação e destinação de lâmpadas dos tipos: fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio e mista.

## 2. INTRODUÇÃO


As lâmpadas que contém mercúrio após o uso são classificadas conforme NBR 10004 como Resíduo Perigoso de fontes não-específicas - Resíduo Classe I - sob código F044, sendo a característica sua periculosidade e toxicidade. A lâmpada, por ser um resíduo classificado como perigoso, deve ter uma destinação final adequada para evitar a contaminação do meio ambiente e garantir a saúde do homem. A alternativa mais indicada para destinação é a Descontaminação de Lâmpadas, com a finalidade de reciclagem dos compostos, que é o serviço mais utilizado no mercado quando se trata de destinação correta de lâmpadas.

Para tratar a questão dos resíduos perigosos, a Contratada obriga-se atender à legislação e regulamentações aplicáveis, entre elas:

- Federal:
  - Constituição Brasileira em seu Artigo 225 - Proteção ao meio ambiente;
  - Lei 6.938/81 - Política Nacional de Meio Ambiente;
  - Lei 9605/98 – Lei Federal de Crimes Ambientais.
- Estadual:
  - Decreto 8.468/76 - Dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente;
  - Decreto 47.397/02 - nova redação Título V, Anexo 5 e acrescenta Anexos 9 e 10 ao Decreto 8.468/76);
  - Lei nº 10.888/01 - Dispõe sobre o descarte final de produtos potencialmente perigosos do resíduo urbano que contenham metais pesados.
- NBR 9735 – Conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos



COMPANHIA PAULISTA DE  
TRENS METROPOLITANOS

<b>TÍTULO: 446 – Controle Operacional</b> <b>8. Serviços técnicos para descontaminação e destinação de lâmpadas tipo fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio e mistas.</b>			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	Nº CONTROLE AM 9221-1	REVISÃO C	PÁGINA 3
 CPTM	ÁREA GOM – Gestão Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06	APROVAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

- Decreto Federal nº 96.044/88 - Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;
- NBR 7500 – Símbolos de risco e manuseio para transporte e armazenamento de materiais;
- NBR 7501 – Ficha de emergência para o transporte de produtos perigosos;
- NBR 7504 – Envelope para o transporte de carga perigosa – Dimensões e utilizações;
- NBR 13.221 – Transporte de resíduos.
- Lei 6.938/81, alterada pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000;
- Decreto Federal 97.634/89;
- PORTARIA IBAMA Nº 32, de 12 de maio de 1995;
- PORTARIA IBAMA Nº 46, de 06 de maio de 1996.

## 2.1 Local de Execução dos serviços

Os serviços objetos desta Especificação Técnica deverão ser executados junto ao Pátio da Lapa, que está localizado na Av. Raimundo Pereira de Magalhães, 200 – Vila Anastácio – São Paulo – SP.

### 2.1 Acesso


O acesso à área se dará mediante autorização expressa da CPTM durante o período de trabalho. A solicitação desta autorização deverá ser encaminhada com prazo mínimo de dez dias de antecedência e deverá conter nome e RG de todos os profissionais que trabalharão na área, e descrição dos veículos e equipamentos que porventura venham ser utilizados.

### 2.2 Período de trabalho

Os serviços deverão ser desenvolvidos de segunda a sexta-feira, no horário comercial, das 08h30 às 16h30.

Serviços complementares, executados fora do período normal de prestação de serviços, somente poderão ser realizados mediante prévia autorização da CPTM.



<b>TÍTULO: 446 – Controle Operacional</b> <b>8. Serviços técnicos para descontaminação e destinação de lâmpadas tipo fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio e mistas.</b>			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	N ° CONTROLE AM 9221-1	REVISÃO C	PÁGINA 4
 CPTM	ÁREA GOM – Gestão Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06	APROVAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

### 3. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Todos os serviços descritos nesta Especificação Técnica deverão incluir a aplicação de mão-de-obra qualificada e idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários e encarregados que assegurem progresso satisfatório dos serviços. Deverão também incluir o fornecimento e conservação de todo o equipamento e ferramental, bem como de todos os materiais necessários e em quantidades suficientes para a conclusão integral dos serviços nos prazos fixados. Os serviços deverão ser executados conforme as normas legais e técnicas aplicáveis.

#### 3.1 PROGRAMA DE ATIVIDADES

Para início dos serviços deverá ser apresentado um documento intitulado **Programa de Atividades**.

No referido documento deverá constar uma **Descrição Detalhada** (memorial descritivo) do serviço a ser realizado, acompanhado de um **Cronograma** detalhado por item a ser executado.

O referido programa deverá contemplar:

a) **Plano de Ações e Procedimentos**, onde serão apresentadas todas as ações que deverão ser adotadas pela Contratada e quais os procedimentos em casos de não-conformidades.


b) **Plano de Segurança Ambiental e do Trabalho**, onde serão descritas todas as situações de risco envolvidas no serviço contratado. Além da descrição das situações, a empresa deverá informar quais as Normas do Trabalho e Ambientais que deverão ser observadas para a realização do serviço, e os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Coletivos (EPC's) que serão adotados.

c) **Plano para Transporte de Produtos Perigosos**, onde a Contratada deverá informar toda a legislação pertinente para esse tipo de transporte, bem como todas as informações/documentações necessárias (licenças) cabíveis, para a correta realização do transporte.

d) **Plano de Prevenção, Contenção e Resposta a Acidentes**, onde estejam analisadas as possibilidades da ocorrência de acidentes cujas consequências sejam significativamente danosas para pessoas, bens e meio ambiente, durante a realização dos serviços.

e) **Plano de Destinação dos Resíduos**, onde deverá constar a destinação a ser



<b>TÍTULO: 446 – Controle Operacional</b> <b>8. Serviços técnicos para descontaminação e destinação de lâmpadas tipo fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio e mistas.</b>			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	Nº CONTROLE AM 9221-1	REVISÃO C	PÁGINA 5
 CPTM	ÁREA GOM – Gestão Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06	APROVAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

dada aos resíduos armazenados nos montes sobre o solo.

### 3.2 AUDITORIA

A CPTM deverá executar uma auditoria para verificar as condições das instalações dos locais para o processamento das lâmpadas até o término do contrato, considerando a co-responsabilidade da CPTM em caso de acidentes ambientais. Os custos para deslocamento e pernoite (caso necessário) para a equipe de dois auditores correrão por conta da Contratada.

### 3.3 LICENCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

O licenciamento para destinação e transporte, por meio da retirada do CADRI (Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais) ou a exigência, pelos órgãos ambientais, de qualquer outro tipo de licença, correrá por conta da Contratada, devendo a mesma arcar com os seus custos e fornecer a assessoria necessária para a retirada da documentação.

### 3.4 MANUSEIO, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE

Todas as lâmpadas, inteiras ou quebradas, devem ser manipuladas manualmente com a intenção de preservar ao máximo a integridade das lâmpadas inteiras e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e ambientais.

O manuseio também deve levar em alta consideração a prevenção de acidentes de trabalho por diversas causas, como levantamento de peso excessivo, intoxicação química, impactos mecânicos, entre outros. Portanto, é competência da Contratada oferecer todas as condições para o manuseio correto das lâmpadas que estão aguardando destinação. O manuseio deve obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

- Uso dos equipamentos de proteção individual compatíveis com os agentes de risco do resíduo (ex: macacão, óculos de proteção, luvas pigmentadas, máscara com respirador, filtro anti-pó, filtro contra vapores de mercúrio, protetor auditivo e sapato de segurança);
- Seguir os procedimentos ergonômicos, citados nas NR 11 e 17 da portaria 3214 do Ministério do trabalho.

As lâmpadas fluorescentes inteiras deverão ser preservadas e seu acondicionamento deve ser feito adequadamente, de forma a preservar sua integridade durante o transporte.





<b>TÍTULO: 446 – Controle Operacional</b> <b>8. Serviços técnicos para descontaminação e destinação de lâmpadas tipo fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio e mistas.</b>			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.012.999	Nº CONTROLE AM 9221-1	REVISÃO C	PÁGINA 6
 CPTM	ÁREA GOM – Gestão Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06	APROVAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

O acondicionamento de lâmpadas tipo bulbo (vapor de mercúrio, vapor de sódio, luz mista ou similares) deve ser realizado de forma a garantir a integridade das lâmpadas durante o transporte.

O acondicionamento para o transporte de lâmpadas quebradas deve ser feito de forma que o mercúrio ainda existente no material não seja liberado ao meio ambiente.

Todos os materiais, incluindo contêineres e tambores, e equipamentos necessários para coleta e transporte devem ser fornecidos pela Contratada e adequadamente identificados, conforme normas técnicas aplicáveis.

Os caminhões deverão ser adequados e equipados para o transporte de cargas perigosas, conforme normas vigentes.

### 3.5 PROCESSO DE DESCONTAMINAÇÃO E DESTINAÇÃO

As lâmpadas deverão passar por um processo de descontaminação e destinação, que consiste basicamente nas seguintes etapas:

- Triagem: primeiro ciclo do processo, onde as lâmpadas são separadas da embalagem e contadas.
- Descontaminação: após a triagem, as lâmpadas são enviadas aos equipamentos onde ocorrerão os processos de separação e descontaminação dos seus componentes, como mercúrio, pó fosfórico, vidro e metais. Esses componentes, após o devido tratamento, devem ser conduzidos para destinação final em cadeias produtivas adequadas.

### 3.7 REGISTROS E DOCUMENTAÇÃO

A Contratada deverá apresentar:

- Licença Ambiental de Operação, emitida pelo órgão ambiental competente, onde conste as atividades de: reciclagem e/ou recuperação de lâmpadas à base de vapor de mercúrio; descontaminação de lâmpadas especiais, comércio de mercúrio puro recuperado.
- Certificado de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidora e respectiva autorização de importação, produção ou comercialização de mercúrio metálico, emitido anualmente pelo IBAMA, conforme estipulado pela Portaria IBAMA nº 32 de 12/05/95.

Todas as licenças que porventura sejam necessárias para a execução dos serviços serão de responsabilidade da Contratada.



<b>TÍTULO: 446 – Controle Operacional</b> <b>8. Serviços técnicos para descontaminação e destinação de lâmpadas tipo fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio e mistas.</b>			
IDENTIFICAÇÃO ET.O.X.99.99.9999.6.O12.999	N ° CONTROLE AM 9221-1	REVISÃO C	PÁGINA 7
 CPTM	ÁREA GOM – Gestão Ambiental	VERIFICAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06	APROVAÇÃO/DATA Raul – 23/11/06
PROJETISTA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA
SUPERVISORA	Nº CONTRATO	VERIFICAÇÃO/DATA	APROVAÇÃO/DATA

Todo o mercúrio e outros materiais recuperados do processo deverão ter destinação comprovada, de modo a não haver risco de se criarem passivos ambientais devido à retenção ou encaminhamento inadequado para terceiros.

### 3.8 RELATÓRIO CONCLUSIVO

A empresa deverá fornecer um Relatório Conclusivo (com fotos), contendo informações sobre os serviços prestados, e registro da existência de não-conformidades.

Conjuntamente com o relatório deverão ser entregues todos os documentos referentes à destinação das lâmpadas usadas, inclusive o Certificado de Recepção do Resíduo (ou equivalente) e o Certificado de Processamento (ou equivalente).

O Relatório Final deverá ser entregue à CPTM impresso e assinado pelo responsável, acompanhado de CD com o arquivo em mídia eletrônica com formato compatível com o Microsoft Office.

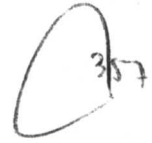
Somente após a entrega formal do Relatório Final, os trabalhos serão considerados concluídos.

## 4. GARANTIA

A Contratada deverá garantir, em razão da sua responsabilidade técnica, a correção, sem custo adicional para a CPTM, de quaisquer atividades desenvolvidas em desconformidade técnica ou diversa da especificada, devendo garantir ainda, a eficácia dos processos e recomendações utilizadas.

## **ANEXO II**

### **PROPOSTA DA CONTRATADA**



**ANEXO III**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8109183061**

**MODELO DE PROPOSTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8109183061**

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, DESCONTAMINAÇÃO E DESTINO FINAL DE LÂMPADAS USADAS, TIPO FLUORESCENTES, LUZ MISTA, VAPOR DE MERCÚRIO E VAPOR DE SÓDIO, QUE ESTÃO ESTOCADAS NA LAPA - LINHA 07 DA CPTM.

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

**1. SERVIÇOS**

1.1 A presente proposta refere-se à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, DESCONTAMINAÇÃO E DESTINO FINAL DE LÂMPADAS USADAS, TIPO FLUORESCENTES, LUZ MISTA, VAPOR DE MERCÚRIO E VAPOR DE SÓDIO, QUE ESTÃO ESTOCADAS NA LAPA - LINHA 07 DA CPTM.

1.2 Nela, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital do **Pregão Eletrônico nº 8109183061** e seus anexos.

**2. PREÇOS**

2.1 O preço total para os serviços objeto do edital que propomos é de R\$ 92.100,00 (Noventa e Dois Mil e Cem reais), data-base Maio/2019.

2.2 No preço indicado no subitem anterior estão incluídos, além da mão de obra, material, equipamentos, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto da licitação, também o BDI.

**3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VALIDADE DA PROPOSTA**



358

3.1 O prazo de execução do objeto contratual é de **12 (doze) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM em até 15 (quinze) dias da data da assinatura do contrato.

3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua entrega.

#### **4. DECLARAÇÕES**

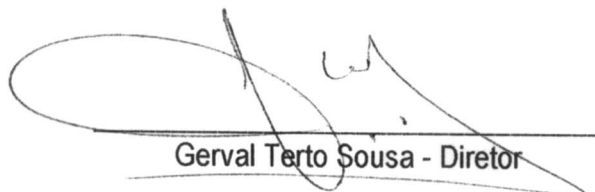
4.1 Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.

4.2 Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como às disposições da Lei Federal nº 10.520/02, do Regulamento de Licitações e

Contratos da CPTM e da Lei Federal nº 13.303/16, bem como da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.

4.3 Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o "Código de Conduta e Integridade de Fornecedores e Parceiros Comerciais" que se encontra disponível no site da Companhia no endereço eletrônico <http://sis.cptm.sp.gov.br/Licitacoes/Normas.aspx>.

São José dos Campos, 09 de Setembro de 2019.

  
Gerval Terto Sousa - Diretor

3.444.834/0001-25  
BULBLESS SERVIÇOS  
AMBIENTAIS LTDA  
Rua Loanda, 574  
Chácara Reunidas - CEP: 12.238-330  
São José dos Campos - SP

**ANEXO III**  
**PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS**  
**PROPOSTOS**

## PREÇOS PROPOSTOS

039

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, DESCONTAMINAÇÃO, E DESTINO FINAL DE LÂMPADAS USADAS, TIPO FLUORESCENTES, LUZ MISTA, VAPOR DE MERCÚRIO E VAPOR DE SÓDIO QUE ESTÃO ESTOCADAS NA LAPA – LINHA 07 DA CPTM**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1.0	ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO - DESCRITIVO				
1.1	Descrição Detalhada e Cronograma Geral	UN	1	500,00	500,00
1.2	Programa de Ações e Procedimentos	UN	1	100,00	100,00
1.3	Plano de Segurança Ambiental e do Trabalho	UN	1	100,00	100,00
1.4	Programa para transporte de produtos perigosos	UN	1	100,00	100,00
1.5	Programa de prevenção, contenção e respostas a acidentes.	UN	1	100,00	100,00
1.6	Programa de destinação de resíduos	UN	1	100,00	100,00
2.0	LICENCIAMENTO DAS OPERAÇÕES / EMISSÃO DO CADRI				
2.1	Consulta aos órgãos competentes e solicitação das licenças	UN	1	100,00	100,00
2.2	Obtenção das licenças	UN	1	2.000,00	2.000,00
3.0	TREINAMENTO				
3.1	Treinamento	UN	1	500,00	500,00
4.0	COLETA, TRANSPORTE, DESCONTAMINAÇÃO E RECICLAGEM				
4.1	Lâmpadas inteiras	KG	50.000	1,73	86.500,00
4.2	Lâmpadas Quebradas	KG	1.000	1,00	1.000,00
5.0	RELATÓRIO CONCLUSIVO E CERTIFICADOS DE DESTINAÇÃO				
5.1	Entrega de Relatório Conclusivo com Fotos e Certificados de Destinação	UN	1	1.000,00	1.000,00

<b>TOTAL R\$</b>	92.100,00
<b>DATA BASE</b>	<b>Maior/2019</b>

ASSINATURA:

Gervai Terto – Diretor Geral

13.844.834/0001-25

**BULBLESS SERVIÇOS**

**AMBIENTAIS LTDA**

Rua Loanda, 574

Chác. Reunidas - CEP: 12.238-330

São José dos Campos - SP



**ANEXO IV**  
**CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E**  
**RESPONSABILIDADE**

369

**ANEXO X**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8109183061**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE**

Pelo presente, eu, Gerval Terto de Sousa representante da empresa **Bulbless Serviços Ambientais Ltda** inscrita sob nº. 13.844.834/0001-25 na qualidade de Fornecedor ou parceiro Comercial da CPTM, neste ato declaro estar ciente dos termos do Código de Conduta de Fornecedores e Parceiros Comerciais, comprometendo-me a adotar as práticas indicadas nele para a realização das atividades minhas e da Empresa, bem como manter a confidencialidade de todas e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das atividades relativas à CPTM, mesmo depois do término da relação contratual entre a CPTM e a Empresa.

Além disso, com relação às questões de corrupção, declaro que eu e a Empresa estamos de acordo com as diretrizes apresentadas neste Código, acessado através do endereço eletrônico <http://sis.cptm.sp.gov.br/Licitacoes/Normas.aspx> e entendo que estou proibido de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza.

Declaro ainda que a Empresa cumpre as Leis Aplicáveis de combate à Corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

São José dos Campos 09 de Setembro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
Gerval Terto de Sousa - Diretor

**13.844.834/0001-25**  
**BULBLESS SERVIÇOS**  
**AMBIENTAIS LTDA**  
Rua Loanda, 574  
Chác. Reunidas - CEP: 12.238-330  
São José dos Campos - SP

**ANEXO V**  
**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**ANEXO V****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8109183061****TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO****CONTRATANTE:** COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM**CONTRATADA:** BULBLESS SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.**CONTRATO Nº:** 810918306100**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, DESCONTAMINAÇÃO E DESTINO FINAL DE LÂMPADAS USADAS, TIPO FLUORESCENTES, LUZ MISTA, VAPOR DE MERCÚRIO E VAPOR DE SÓDIO QUE ESTÃO ESTOCADAS NO ALMOXARIFADO A003 NA LAPA, DA LINHA 07 DA CPTM.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil; e
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; e
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, 10 de Outubro de 2019.**GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**Nome: **PEDRO TEGON MORO**

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

RG: 21.448.592-4

Data de Nascimento: N/I

Endereço residencial completo: N/I

E-mail institucional: pedro.moro@cptm.sp.gov.br

E-mail pessoal: N/I

Telefone(s): (11) 3117-7009

Assinatura: \_\_\_\_\_

CN 810918306100



**Responsáveis que assinaram o ajuste:****Pelo CONTRATANTE:**

Nome: **SANDRA REGINA MATOS BORGES**  
Cargo: Gerente de Contratações e Compras  
CPF: 118.149.678-00  
RG: 16.110.187-2  
Data de Nascimento: N/I  
Endereço residencial completo: N/I  
E-mail institucional: sandra.borges@cptm.sp.gov.br  
E-mail pessoal: N/I  
Telefone(s): (11) 2392-1270

Assinatura: \_\_\_\_\_  


Nome: **FELISSA SOUSA ALARCON**  
Cargo: Diretora Administrativa e Financeira  
CPF: 010.685.271-02  
RG: 2.708.545  
Data de Nascimento: N/I  
Endereço residencial completo: N/I  
E-mail institucional: felissa@cptm.sp.gov.br  
E-mail pessoal: N/I  
Telefone(s): (11) 3117-7022

Assinatura: \_\_\_\_\_  
**Pela CONTRATADA:**

Nome: **GERVAL TERTO DE SOUSA**  
Cargo: Sócio  
CPF: 072.168.718-04  
RG: 17.393.950  
Data de Nascimento: N/I  
Endereço residencial completo: N/I  
E-mail institucional: contato@bulbless.com.br  
E-mail pessoal: N/I  
Telefone(s): (12) 3322-1111

Assinatura: \_\_\_\_\_  
